

Por que não dá para celebrar a queda do desmatamento

Categories : [Colunistas Convidados](#)

Só falta agora o Ministério do Meio Ambiente comemorar os dados de desmatamento do Imazon, publicados nesta terça-feira (22). O governo é crítico contumaz da ONG de pesquisas paraense, que criou o primeiro sistema independente de monitoramento da devastação da maior floresta tropical do mundo. Mas agora esse sistema, o SAD, deu uma notícia que interessa ao ministro Sarney Filho (PV-MA): a taxa de desmatamento em 2017, primeiro ano cheio de sua gestão, caiu 21%. Partiu soltar foguete?

Os dados do Imazon, publicados pelo site G1 [e disponibilizados depois na página da organização na internet](#), de fato sinalizam que algo mudou em relação ao ano passado. O corte raso detectado pelo SAD entre agosto de 2016 e julho de 2017 foi de 2.834 quilômetros quadrados, contra 3.579 quilômetros quadrados nos 12 meses anteriores. A queda na degradação florestal, a destruição silenciosa que precede o desmatamento total, foi ainda mais expressiva: 41% (de 6.225 km² para 3.671 km²).

Embora o SAD use satélites “míopes” para produzir seus alertas mensais de desmatamento e por isso não sirva para fazer cálculos de área desmatada, ele raramente diverge da tendência geral que será mostrada pelo Prodes, o sistema do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) que calcula a taxa oficial anual. Se alguém botasse uma arma na minha cabeça e me mandasse chutar um número, eu diria que o Prodes mostrará neste ano uma queda ao redor de 15% em relação a 2016.

O governo Temer botará sua máquina de propaganda e suas mãozinhas nervosas em ação para dizer que, ao contrário do que afirmam os ambientalistas, não há retrocesso algum em sua administração — vejam só, a taxa de desmatamento caiu, dir-lhes-ei. Sarney já vem batendo nessa tecla desde o retorno da tragicômica viagem presidencial à Noruega, em junho, quando [chamou a imprensa num sábado de manhã](#) para dizer, ao lado de um deputado ruralista, que está tudo bem com a Amazônia e que toda a culpa do desmatamento nos últimos dois anos é do governo Dilma.

“É cedo para falar em retomada da queda do desmatamento”, afirma Antônio Victor Fonseca, pesquisador do Imazon e coordenador do SAD. E é cedo por dois motivos.

Primeiro porque, embora seja a primeira desaceleração registrada pelo SAD em cinco anos, ela ainda é insuficiente para compensar a elevação de 62% em 2015 e de 7% em 2016. “Em 2016 tivemos a maior área estimada pelo SAD em seus oito anos de monitoramento”, disse o pesquisador. Supondo que a taxa oficial do Inpe mostre os mesmos 21% de queda apontados pelo sistema do Imazon, não compensará o aumento de 29% medidos pelo Prodes do ano passado e os 24% do ano retrasado. Com quase 8.000 quilômetros quadrados aferidos pelo

sistema do Inpe (cujos dados não podem ser comparados com os do Sad devido à diferença de metodologia) em 2016, a trajetória de queda ainda está longe dos 4.500 quilômetros quadrados de 2012, ano de menor desmatamento já medido na Amazônia.

Segundo, porque o desmate detectado pelo Imazon em julho deste ano foi basicamente idêntico ao de julho de 2016. E o período onde as derrubadas ocorrem de fato é a partir de junho e julho, quando começa a estação seca (o “verão”) na Amazônia. “Entrar no verão amazônico com esse nível de desmatamento é algo que chama atenção”, diz Fonseca.

“Após o colapso econômico produzido pelo governo Dilma, que levou o Ibama a perder 30% de ser orçamento em 2016, Sarney conseguiu botar para rodar um acordo feito por sua antecessora, Izabella Teixeira, para usar dinheiro do Fundo Amazônia (doação da Noruega) para a fiscalização ambiental”.

Isso não significa que o Ministério do Meio Ambiente não tenha feito sua parte. Após o colapso econômico produzido pelo governo Dilma, que levou o Ibama a perder 30% de ser orçamento em 2016, Sarney conseguiu botar para rodar um acordo feito por sua antecessora, Izabella Teixeira, para usar dinheiro do Fundo Amazônia (doação da Noruega) para a fiscalização ambiental. Prova de que o trabalho do Ibama em campo está surtindo efeito é que madeireiros da região de Novo Progresso [emboscaram e incendiaram uma cegonheira com oito picapes do órgão ambiental em julho](#). Agora, a chefe de fiscalização do Ibama no sudoeste do Pará, Maria Luiza de Souza (apelidada de “diabo loiro” pelos criminosos ambientais da região) [está ameaçada de morte](#).

Ocorre que aquilo que o governo dá com uma mãozinha nervosa ele tira com a outra. E ganha uma passagem de ida para Trairão quem adivinhar qual é a mão maior.

No mês passado, Temer deu dois presentes ao pessoal do setor de ocupação de terras públicas do Norte: primeiro, assinou uma lei que anistia toda a grilagem feita entre 2004 e 2011 e permite regularização de grandes áreas invadidas. Depois, mandou para o Congresso um projeto de lei entregando 350 mil hectares da Floresta Nacional do Jamanxim, no Pará, a pessoas que em sua maioria ocuparam o local após ele ser decretado área protegida (na semana passada, Sarney chamou de “erro” a criação da Flona).

Quando o poder público faz isso, indica que áreas protegidas não são mais sagradas e esvazia-as de sua principal função na Amazônia, que é conter a apropriação criminosa. Se uma unidade de conservação ou uma terra indígena não inibem a grilagem, nada mais inibirá: os invasores e especuladores entenderão que o crime compensa e partirão para o roubo de terras públicas onde quiserem. Esta é a receita para o desmatamento sair do controle — e não haverá diabo loiro que dê jeito nisso.

O pessoal parece já ter captado a mensagem do mesoclítico guru. Em 2017, pelo segundo ano

consecutivo, unidades de conservação são a segunda categoria fundiária mais desmatada nos dados do SAD (com 22% de toda a derrubada registrada), atrás apenas de áreas privadas. A nova frente de pressão está no norte de Rondônia e no sul do Amazonas. Essa região é onde o ministro da Casa Civil de Temer, Eliseu Padilha, ele próprio [acusado de grilagem](#) de terras e [suspeito de desmatamento ilegal](#), anda orquestrando com a bancada do Amazonas no Congresso o próximo ataque a áreas protegidas.

Cinco unidades de conservação no sul do Estado, criadas por Dilma Rousseff em 2016, estão na mira dos ruralistas. Essas áreas são [parte de um lote de 3 milhões de hectares doado pelo Incra ao Ministério do Meio Ambiente em 2014 porque não interessavam a ninguém](#). Pelo visto agora interessam. As imagens de satélite parecem sugerir que elas estão sendo paulatinamente invadidas e desmatadas, a fim de criar um fato consumado e uma expectativa de regularização futura. Quem duvida pode olhar o [último gato enfiado na proposta de lei de licenciamento ambiental](#) em discussão no Congresso, que dispensa da exigência de licença qualquer propriedade rural “em regularização ambiental” (grileiros geralmente inscrevem seus grilos no Cadastro Ambiental Rural, de forma que, no papel, a terra roubada é uma propriedade “em regularização”).

Enquanto perdurar a aliança de Michel Temer com os ruralistas, a fiscalização do desmatamento estará condenada a empurrar a pedra montanha acima só paravê-la rolar montanha abaixo em seguida. Um ano de desaceleração na taxa pode ser conveniente para a propaganda. Mas esse número, como tudo na administração Temer, é insustentável.

[\[SVG: logo \]](#)

*Republicado do [Observatório do Clima](#)
através de parceria de conteúdo.*

Leia Também

<http://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/a-culpa-e-sempre-do-licenciamento/>

<http://www.oeco.org.br/reportagens/lava-jato-recessao-e-indios-enterraram-o-projeto-insano-da-usina-de-sao-luiz/>

<http://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/o-sino-da-morte-esta-batendo-para-o-licenciamento%8A-%E2%80%8Ae-ninguem-da-a-minima/>